

Jornalismo em Portugal:

O contributo de Paquete de Oliveira para a caracterização da profissão e o retrato dos jornalistas hoje

Autores Miguel Crespo, Joana Azevedo e Gustavo Cardoso

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

miguelcrespo@gmail.com

joana.azevedo@iscte.pt

gustavo.cardoso@iscte.pt

Resumo Se hoje é possível compreender as mudanças no jornalismo em Portugal, patentes nos estudos realizados ao longo das últimas três décadas, isso deve-se ao trabalho pioneiro de José Manuel Paquete de Oliveira. A singularidade do seu trabalho de pesquisa neste campo reside na atenção que colocou na observação das dinâmicas sociais do jornalismo e na compreensão do papel social do jornalista como defensor da cidadania. Graças ao seu contributo, passados 30 anos, é possível fazer um retrato sociográfico transversal e longitudinal do jornalismo em Portugal.

Para caracterizar quem são os jornalistas portugueses, analisaram-se diversos estudos realizados entre 1987 e 2016 de forma a obter uma análise longitudinal do perfil dos jornalistas e refletir sobre um conjunto de questões que orientaram as pesquisas de Paquete de Oliveira, nomeadamente o papel social do jornalismo em Portugal, e o seu contributo para uma sociedade livre, plural e democrática.

Esta reflexão, que não pretende esgotar análises mais aprofundadas sobre os jornalistas, debruça-se sobre alguns dos principais temas que há três décadas preocupavam Paquete de Oliveira. Além de caracterizar sociograficamente os profissionais, analisa-se a concentração geográfica dos profissionais e o seu investimento nas qualificações e na formação profissional.

Palavras-Chave Jornalistas; Jornalismo; Sociologia da comunicação; Portugal

Abstract If today it is possible to understand the changes in journalism in Portugal, which are evident in the studies carried out over the last three decades, this is due to the pioneering work of José Manuel Paquete de Oliveira. The singularity of his research work in this field lies in his attention to the observation of the social dynamics of journalism and the

understanding of the social role of the journalist as gatekeeper of citizenship. Thanks to its contribution, after 30 years, it is possible to make a transversal and longitudinal sociographic portrait of journalism in Portugal.

To characterize who the Portuguese journalists are, we analyzed several studies were carried out between 1987 and 2016 in order to obtain a longitudinal analysis of the profile of the journalists and to reflect on a set of questions that guided the research of Paquete de Oliveira, namely the social role of Journalism in Portugal, and its contribution to a free, plural and democratic society.

This reflection, which does not intend to prevent further analyzes on journalists and journalism, focuses on some of the main issues that concern the professionals today, and concerned Paquete de Oliveira three decades ago. In addition to characterizing the professionals, we analyze their geographic concentration and their investment in learning and professional training.

Keywords Journalists; Journalism; Sociology of communication; Portugal

Introdução

Se hoje é possível compreender as mudanças no jornalismo em Portugal, patentes nos estudos realizados ao longo das últimas três décadas, isso deve-se ao trabalho pioneiro de José Manuel Paquete de Oliveira. A singularidade do seu trabalho reside na atenção que colocou na observação das dinâmicas sociais do jornalismo e na compreensão do papel social do jornalista como garante da cidadania. Graças ao seu contributo, passados 30 anos, é possível fazer um retrato sociográfico transversal e longitudinal do jornalismo em Portugal. Paquete de Oliveira preocupou-se, desde logo, em colmatar a ausência de conhecimento e reflexão sociológica sobre a comunicação social em geral e sobre os jornalistas em particular. Escasseavam dados que permitissem caracterizar os profissionais – e que pudessem desconstruir mitologias –, e apontava-se uma permanente crise económica dos média. Paquete de Oliveira procurou valorizar o papel do jornalista como produtor da realidade e, portanto, como membro fundamental da construção dessa realidade. Os seus estudos possibilitaram, acima de tudo, conhecer esses profissionais em termos sociodemográficos e laborais, sejam eles históricos ou contemporâneos.

Mas o que levou Paquete de Oliveira a estudar os jornalistas? Este sublinhava então:

Existe em Portugal pouca informação sobre a ‘informação’ em geral e a comunicação social em particular. Todavia, a área deste campo em que esta ‘ignorância’ é maior será, sem dúvida, aquela que diz respeito aos agentes produtores diretos da informação pública, os jornalistas profissionais. Sabe-se pouco dos jornalistas. (Oliveira, 1988, p. 47).

Em 1987, Paquete de Oliveira realiza a primeira análise sociológica dos jornalistas portugueses. O resultado é o artigo “Elementos para uma Sociologia dos jornalistas portugueses”, publicado em 1988, na *Revista de Comunicação e Linguagens*. Em 1990, o próprio Paquete de Oliveira, já com a colaboração de José Luís Garcia, dá o passo seguinte, com a realização do 1º Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, cujos resultados são publicados em 1994 em “Jornalista Português: o que é? Inquérito e perfil socioprofissional” (Garcia & Oliveira, 1994). Com estes trabalhos inicia-se a construção de uma sociologia dos profissionais dos média, um legado que procurava combater a invisibilidade dos profissionais do setor. Esse primeiro inquérito pretendia caracterizar os jornalistas, mas também conhecer as suas visões sobre a profissão – das preocupações aos objetivos – e, mais uma vez, abrir pistas para estudos posteriores.

Em 1997, um novo inquérito aprofunda as questões anteriores, já com a preocupação de dar uma perspetiva de conjunto – dos movimentos profissionais, da identidade e das representações dos jornalistas portugueses –, de forma a estabelecer novas linhas de investigação. Já no século XXI, José Rebelo assume a tarefa de estabelecer uma análise sociológica do jornalista português, que inclui um estudo sociográfico extensivo, com uma dimensão qualitativa construída a partir das representações dos próprios jornalistas (Rebelo, 2011).

Quem são os jornalistas portugueses? O que mudou no jornalismo que se faz em Portugal e nas perceções de quem o produz? Para tentar responder a estas questões, analisam-se os estudos alargados sobre os jornalistas realizados em Portugal nos últimos 30 anos, e para os quais foi fundamental o trabalho pioneiro de Paquete de Oliveira. Relacionam-se, posteriormente, estes estudos com os resultados do inquérito “Os jornalistas portugueses são bem pagos? Inquérito às condições laborais dos jornalistas em Portugal”. O estudo, coordenado pelo CIES-IUL, resultou de uma parceria com o Sindicato dos Jornalistas e o Obercom, com o apoio da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, tendo sido apresentado no 4º Congresso dos Jornalistas, em janeiro de 2017.

Uma das preocupações centrais de Paquete de Oliveira foi a de criar um retrato sociológico de uma classe profissional, tendo em conta duas realidades: por um lado a “ausência dos dados disponíveis que funcionem como pontos de referência” (Mesquita, 1987, p. 2, citado em Oliveira, 1988, p. 47) e, por outro, “o estado quase permanente de crise económico-financeira em que o setor dos média tem vivido, principalmente a imprensa escrita” (Oliveira, 1988, p. 47).

Paquete de Oliveira procurava assim insurgir-se contra “uma subvalorização do papel da mediação profissional, ou seja, do papel decisivo que os profissionais da comunicação social têm na ‘produção da realidade’.” (Oliveira, 1988, p. 47). Perante a identificação dos jornalistas com o papel de *gatekeeper* (o selecionador de informação), Paquete de Oliveira considera que:

Não se pode dissociar o resultado do ‘produto’ da realidade das estruturas. Não é possível fazer uma sociologia do discurso ou da noticiabilidade sem fazer uma sociologia das suas condições de produção. Mas, igualmente, não se pode efetuar uma análise da ‘representação da realidade social’ que os *media* fazem sem estudar e conhecer melhor o ‘mundo’ dos jornalistas. (Oliveira, 1988, p. 48).

Para operacionalizar a sua pesquisa, Paquete de Oliveira considerou os dados estatísticos que o Sindicato dos Jornalistas recolhia e que foram as primeiras fontes utilizadas para caracterizar um campo de investigação em aberto. O objetivo primeiro foi o de desconstruir uma imagem dos jornalistas “fortemente carregada com certas fantasmagorias mitológicas”, com “um primeiro passo para conhecermos aqueles que *fazem* as notícias que consumimos, as notícias que *mediatizam* a ‘realidade’ em que nos movemos.” (Oliveira, 1988, p. 49).

Paquete de Oliveira lança um desafio que várias equipas de investigadores viriam a aceitar nas três décadas subsequentes. “Está por fazer a sociologia dos profissionais da comunicação social portuguesa, uma etapa importante para conhecê-la, percebê-la, no seu passado, presente e futuro.” (Oliveira, 1988, p. 52).

30 anos de estudos sobre jornalismo em Portugal

A primeira resposta ao desafio de Paquete de Oliveira é o 1º Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, realizado em maio e junho de 1990 por José Luís Garcia e o próprio Paquete de Oliveira, e apresentado no 1º Encontro Nacional de Jornalistas, em março de 1991. A análise foi publicada em junho de 1994 como primeiro número dos “Cadernos de Jornalismo”, sob o título “Jornalista Português: o que é? Inquérito e perfil socioprofissional” (Garcia & Oliveira, 1994).

E é já nessa análise que Paquete de Oliveira clarifica a necessidade do estudo sociológico dos jornalistas. “Os dados para a construção de uma sociologia dos profissionais das comunicações de massa são imprescindíveis para análise de um processo complexo do sistema produtivo das notícias, da produção e reprodução da realidade social.” (Oliveira, 1994, p. 78).

“Quem somos e para onde queremos ir?” é a questão levantada por Ana Paula Correia, vice-presidente do SJ de 1989 a 1993, na introdução ao livro “Jornalista português: o que é?”, que, ao contrário do estudo de 1987, não se baseia em dados do Sindicato dos Jornalistas mas sim de um inquérito nacional que Paquete de Oliveira e Garcia querem deixar como “legado precioso” para estudos sobre os jornalistas portugueses ao aceitar “o desafio de nos batermos contra a indiferença instalada.” (Correia, 1994, p. 5).

A “tarefa gigantesca” partiu de um ensaio tentado em 1980 de realizar um inquérito que, em virtude da fraca recetividade nem sequer permitiu “um tratamento conclusivo dos dados apurados. Mas foi desse ensaio que partimos para a grande tarefa – saber quantos

somos, quem somos, donde viemos, que queremos.” (Correia, 1994, p. 6). Como se advertia então, os ficheiros do SJ:

não se encontravam em condições de responder sequer a uma dessas perguntas. (...) Era impossível saber com exatidão o número de profissionais e os seus respetivos locais de trabalho e os dados existentes não possibilitavam o conhecimento da opinião que os jornalistas tinham das condições do exercício da profissão, das suas preocupações, objetivos e ambições. (Correia, 1994, p. 6).

Vivia-se uma “fase de mudança quase permanente. Era a época do ‘boom’. Nasceram novos títulos, as rádios locais começavam a proliferar por todo o país. (...) Simultaneamente, os sinais da futura recessão estavam aí.” (Correia, 1994, p. 6). É este contexto que vem propiciar o desenvolvimento das pesquisas sobre o setor: “As pretensões do SJ, ao querer saber quem somos, cruzaram-se com as do departamento de Sociologia do ISCTE, interessado em estudar ‘quantos são, de onde vêm e como são os jornalistas’, encarados como ‘produtores de opinião pública’” (Correia, 1994, p. 6).

Para tentar esclarecer as questões atrás levantadas os investigadores partiram para um processo de sensibilização dos jornalistas, saindo de Lisboa e do Porto, procurando conhecer, entre outras questões, as dificuldades de quem faz informação nas pequenas redações, o respeito pelas regras laborais, o conhecimento das normas éticas e deontológicas, a dificuldade do relacionamento com as fontes de informação. Segundo os autores, o resultado foi um sucesso, tendo em conta o número de respostas (555 jornalistas com carteira profissional) e a cobertura de todas as regiões e áreas da informação. Os resultados foram apresentados no 1º Encontro Nacional de Jornalistas, em março de 1991 e identificaram as principais preocupações e desafios da classe: “precarização, pautada pela inexistência de contratos de trabalho, a concentração empresarial” ou “o caminho da descentralização, do investimento na formação profissional”. No final, os autores propunham que no futuro se aprofundassem “determinadas matérias que condicionam a atividade jornalística, nomeadamente a melhoria das condições de trabalho e da imagem do jornalista” (Correia, 1994, p. 10).

Garcia e Oliveira (1994) não deixam dúvidas:

Afigura-se indispensável apresentar os elementos fundamentais da caracterização sociográfica deste grupo profissional se se querem compreender questões tão significativas como o posicionamento dos jornalistas perante o exercício da sua profissão, os problemas laborais e profissionais inerentes a esse exercício e às perspetivas de futuro que a profissão oferece. Isto porque quantos são, quem são, donde vêm e como são os jornalistas portugueses, têm sido até hoje perguntas, em larga medida, de resposta desconhecida. (Garcia & Oliveira, 1994, p. 13).

O grande desafio era então ultrapassar mitologias e o desinteresse público sobre a profissão:

Nos debates sobre os meios de comunicação social, mesmo de âmbito científico, os jornalistas tenderam, durante muito tempo, a ser relegados para plano secundário, sendo considerados comparsas menores no jogo de relações de forças que une as estruturas de poder, os média e o público consumidor em geral. (Garcia & Oliveira, 1994, p. 14).

Mas os autores não os veem assim, defendendo “o papel fundamental que os jornalistas representam nas sociedades contemporâneas, considerando-os como um tipo de ator social cuja centralidade releva da sua capacidade em transmitir uma forma de conhecimento que se considera relevante para todos.” (Garcia & Oliveira, 1994, p. 15).

A inserção socioprofissional dos jornalistas portugueses, a forma como encaram a situação da sua profissão e o seu futuro, ou seja, o como enfrentam os problemas laborais, as questões éticas e outras, o seu posicionamento perante os seus organismos representativos, questões essenciais para a análise da profissionalidade dos jornalistas, dependem assim, em grande medida, das transformações rápidas que se estão a verificar no campo do jornalismo em Portugal. (Garcia & Oliveira, 1994, p. 19).

O estudo de 1991 tem também preocupações “de caracterização social elementar dos jornalistas”, nomeadamente “as suas origens socioeconómicas, recorrendo à análise da profissão dos pais e (...) a escolaridade destes.” (Garcia & Oliveira, 1994, p. 24). Para complementar a caracterização sociográfica, os autores dedicam-se também a “examinar alguns elementos esclarecedores das opções e perspectivas de carreira dos jornalistas, e das condições de trabalho e níveis de recompensas que a profissão proporciona, por forma a avaliar-se possíveis fontes de satisfação e insatisfação no trabalho” (Garcia & Oliveira, 1994, p. 31).

Já o 1º Congresso dos Jornalistas, realizado em 1983, destacava nas suas conclusões a necessidade de combater a precariedade, ou seja, “o recurso sistemático por parte das entidades empregadoras aos colaboradores, facto que considerava restritivo do acesso de jornalistas a postos de trabalho e sublinhava a necessidade de acabar com a prática dos contratos a prazo” (Garcia & Oliveira, 1994, p. 34).

O 2º Congresso, realizado em 1986,

não deixava de salientar as insuficientes condições de remuneração e segurança no emprego que os jornalistas usufruíam. (...) De então para cá muita coisa mudou no campo do jornalismo tendo-se agravado alguns dos fatores de diferenciação social dentro da classe relativos a questões socioprofissionais. (Garcia & Oliveira, 1994, p. 34).

Os documentos que serviram de base à discussão no 1º Encontro Nacional de Jornalistas, realizado em março de 1991, destacavam as fortes discrepâncias de salários entre jornalistas com a mesma categoria profissional pertencentes a diferentes empresas, realçava as precárias condições laborais dos ‘menos iguais’, os tarefeiros e colaboradores que existem cada vez em maior número, e cuja utilização se tornou uma regra nos diferentes meios de comunicação social, e lembrava a emergência do desemprego provocada pelo encerramento de alguns jornais e privatização de outros. (Garcia & Oliveira, 1994, p. 35).

Se observarmos que visão os jornalistas tinham então sobre a sua atividade, o estudo de 1991 identifica uma visão positiva, mas não isenta de problemas:

Para a maioria dos jornalistas, a situação do jornalismo tem vindo a evoluir favoravelmente desde o momento em que iniciaram a sua atividade profissional e o futuro é encarado com otimismo. A maioria dos jornalistas (64,7%) classifica a situação do jornalismo como má quando iniciou a sua carreira e apenas 2,3% a considerava boa. Na atualidade, 54% dos jornalistas consideram-na razoável e apenas 17% má. Quanto ao futuro a maioria (44,6%) pensa que será boa enquanto 42,5% julga que será razoável. (Garcia & Oliveira, 1994, p. 43).

Os aspetos concretos que preocupavam então o setor eram múltiplos:

Para 43,4% dos jornalistas, as condições de trabalho – incluindo a falta de estruturas de apoio, o excesso de trabalho e pluriemprego – continuam os principais problemas laborais e profissionais. Os baixos salários (28,3%), a precariedade de emprego (9,8%) e as questões de ordem ético-profissional – escassez de formação profissional, insuficiente independência no exercício da profissão, difícil acesso às fontes de informação – (18,5%) são também salientadas. (Garcia & Oliveira, 1994, p. 35).

Em 1997, José Luís Garcia coordena o 2º Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, cujos dados são apresentados no 3º Congresso dos Jornalistas, em fevereiro de 1998 (Silva, 2000; Garcia, 2009). Esse estudo acaba por ser revisitado em livro (tal como o do primeiro inquérito), mais de uma década depois, em “Estudos sobre os jornalistas portugueses – Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI”, organizado por José Luís Garcia (Garcia, 2009).

Em 2009, José Luís Garcia retoma “as análises sociológicas efetuadas em Portugal na década de 1990” (Garcia, 2009, p. 17) propondo “uma obra que oferecesse uma perspetiva de conjunto da evolução morfológica, dos movimentos profissionais, da identidade e das conceções dos jornalistas portugueses num período tão relevante de transformações na economia política dos *media*” (Garcia, 2009, p. 18). Ao coligir e analisar o trabalho realizado até à viragem do milénio, o objetivo é estabelecer “um ponto de referência para o estabelecimento de linhas de investigação, e que disponibilizem elementos sobre a profissionalização e o profissionalismo dos jornalistas portugueses.” (Garcia, 2009, p. 19).

Garcia aborda o

alargamento e a completa recomposição profissional e social dos jornalistas. A feminização, o rejuvenescimento, o aumento da formação escolar, o surgimento de novas posições e funções, a estratificação interna e o aumento das disparidades são os principais traços dessa dinâmica. (Garcia, 2009, p. 23).

Em 2005, José Rebelo coordena o projeto “Análise Sociológica do Jornalista Português” – realizado no âmbito do CIES-IUL e financiado pela FCT -, que deu origem ao livro “Ser Jornalista em Portugal: Perfis sociológicos” (Rebelo, 2011). Este trabalho de investigação recolhe dados da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, de 2006 e 2009. Para a concretização deste perfil sociológico do jornalista português é desenvolvido:

Um largo debate sobre o estatuto socioprofissional do jornalista, alvo de sucessivas alterações ao longo dos últimos anos. (...) O estudo integra duas dimensões. A primeira, quantitativa, incide sobre dados constantes dos impressos preenchidos no momento do pedido de emissão ou revalidação da carteira profissional. (Rebelo, 2011, p. 18).

Um protocolo com a CCPJ permitiu à equipa de investigação trabalhar sobre abundante informação de 2006 e depois, com menos dados, em 2009. Para os períodos anteriores recorreu aos arquivos do Sindicato dos Jornalistas. Esse estudo, à diferença de outros trabalhos, não resultou de um inquérito, mas de uma análise ao universo dos jornalistas portugueses a partir dos dados da CCPJ. Rebelo, no entanto, não considera suficiente “o estudo sociográfico” que “faculta o universo dos jornalistas desagregado por género, habilitações académicas, idade, antiguidade na profissão, estatuto profissional, situação no mercado do emprego ou tipo de órgão de comunicação social em que trabalham.” (Rebelo, 2011, p. 20).

“Há uma pergunta para a qual o referido estudo sociográfico não encontra resposta: quem são, afinal, esses jornalistas?” (Rebelo, 2011, p. 20). Introduce-se então uma dimensão qualitativa, com entrevistas aos profissionais baseada numa

metodologia aplicada em França por um grupo de sociólogos dirigido por Pierre Bourdieu e que deu origem ao livro ‘La Misère du monde’, 47 entrevistas não diretivas a jornalistas escolhidos em função de um conjunto de perfis-tipo previamente traçados deram a conhecer representações construídas pelos próprios jornalistas através de histórias de vida narradas na primeira pessoa. (Rebelo, 2011, p. 20).

O retrato conclusivo de Rebelo é uma realidade multifacetada, que chega a negar a existência do jornalista enquanto conceito único e a sugerir a existência de jornalistas, com contradições, conflitos, aspirações ou desilusões (Rebelo, 2011). A mesma visão de diversidade é posteriormente explorada pelo autor (Rebelo, 2014), e por outros autores,

que questionam se podemos ter jornalistas enfraquecidos na sua atividade profissional nas sociedades democráticas.

A escolha do contexto da relação entre jornalismo e sociedade como forma de estabelecer uma ponte entre cidadãos, académicos e jornalistas partiu do pressuposto de que os *media* informativos constituem um aspeto crucial para o fortalecimento da democracia e das práticas democráticas contemporâneas. (Cardoso, Santos & Telo, 2016a, p. 1).

Importa ainda referir um conjunto de reflexões que foram sendo produzidas a nível nacional por diversos autores e equipas neste campo (Gomes, 2012; Lopes, 2015; Cardoso, Magno, Soares & Crespo, 2016; Fidalgo, 2017; Matos, Baptista & Subtil, 2017).

Quem são os jornalistas portugueses?

Chegados a 2016, e perante a falta de dados atualizados sobre os profissionais, em especial num contexto de elevada transformação do setor, é altura de voltar a questionar os jornalistas, de forma a realizar a sua caracterização sociográfica mas, também, auscultar as suas preocupações. O principal objetivo do estudo “Os jornalistas portugueses são bem pagos? Inquérito às condições laborais dos jornalistas em Portugal” que aqui se apresenta, é analisar as condições de trabalho dos jornalistas portugueses, conhecer a diversidade de percursos e perfis jornalísticos e identificar os principais constrangimentos e desafios que se colocam ao exercício da profissão de jornalista. Este assenta numa amostra de 1494 respostas validadas, que correspondem a mais de 20% dos profissionais, se se tiver em conta que em janeiro de 2017 existiam 6114 jornalistas com carteira profissional ou equiparados em Portugal, de acordo com os dados da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista.

Na Tabela 1, sintetizam-se as principais características do perfil dos jornalistas inquiridos, que serão mais adiante analisadas em perspetiva comparada com os estudos anteriores.

		N	%
Sexo	Feminino	718	48,2
	Masculino	773	51,8
	Total	1494	100,0
Idade	≤ 24	96	6,6
	25-34	368	25,3
	35-44	553	38,0
	45-54	306	21,0
	55-64	94	6,5
	≥ 65	38	2,6
	Total	1455	100,0
Estado civil	Solteiro(a)	566	37,9
	Divorciado(a)/separado(a)/viúvo(a)	148	9,9
	Casado(a)	521	34,9
	A viver junto/em união de facto	257	17,2
	Total	1492	100,0
Escolaridade	Ensino secundário	304	20,4
	Bacharelato/licenciatura 3 anos	319	21,4
	Licenciatura 4 a 5 anos	646	43,3
	Mestrado	200	13,4
	Doutoramento	22	1,5
	Total	1491	100,0

Tabela 1: Perfil dos jornalistas (2016)
Fonte: Inquérito aos Jornalistas CIES-IUL/SJ 2016

O ano de 2017 regista 6114 jornalistas (e equiparados) com carteira profissional. Apesar de uma quebra na última década, os jornalistas são muitos mais do que foram ao longo do século XX, constituindo um grupo profissional especializado relativamente numeroso. Os dados coligidos ao longo do tempo pelos estudos anteriormente citados permitem concluir que a meio da década passada se terá atingido o pico de profissionais, depois de um crescimento constante desde os anos 1940.

Quando Paquete de Oliveira começa o seu estudo, em janeiro de 1988, “a população dos jornalistas portugueses é de 1508 profissionais”, segundo o levantamento do SJ citado pelo próprio, que considera o valor “diminuto”, mesmo tendo em conta “uma taxa de crescimento na ordem dos 32%” nos cinco anos anteriores. Destes, estariam em atividade “1281 distribuídos por 52 unidades de ‘meios’”. (Garcia & Oliveira, 1994, p. 67).

Em junho de 1990 o conjunto dos profissionais totalizava 2374 jornalistas, apresentando um crescimento de cerca de 37% face aos dois anos anteriores (Garcia & Oliveira, 1994, p. 20).

Paquete de Oliveira reforça a ideia de crescimento dos profissionais de jornalismo no pós-25 de abril elencando dados das três décadas anteriores:

Em 1960 o Sindicato dos Jornalistas [então Sindicato Nacional de Jornalistas] tinha apenas 517 sócios. Entre 1961 e 1971 o aumento foi de 279 sócios. Na década de 70 foram admitidos 1135 sócios. Porém, entre 1975 e 1980 foram confirmados 821 novos profissionais. (Oliveira, 1988, p. 51).

Olhando para os dados coligidos por Paquete de Oliveira, Garcia, Rebelo e Crespo ao longo dos anos (Gráfico 1), podemos perceber que nos anos 1940 seriam apenas cerca de duas centenas os profissionais, quando em 2017 são 30 vezes mais (6114) (Crespo, Azevedo, Sousa & Cardoso, 2017; Crespo, Azevedo, Sousa, Cardoso & Paisana, 2017a). Se até ao 25 de Abril de 1974 o número vai crescendo moderadamente, só no período democrático se ultrapassa o milhar de jornalistas, e é à entrada da última década do século XX que se dá a grande explosão, passando-se dos 1281 de 1988 para 2347 em 1990, 3850 em 1994 e 4247 em 1997 (mais que triplica em menos de uma década). O pico terá sido atingido no período 2004-2006, altura em que se contabilizaram 7349 e 7402 jornalistas, respetivamente. Em 2009 estava-se já em período de redução de profissionais, com 6917 registos, linha descendente que terá continuado até 2017 (6114).

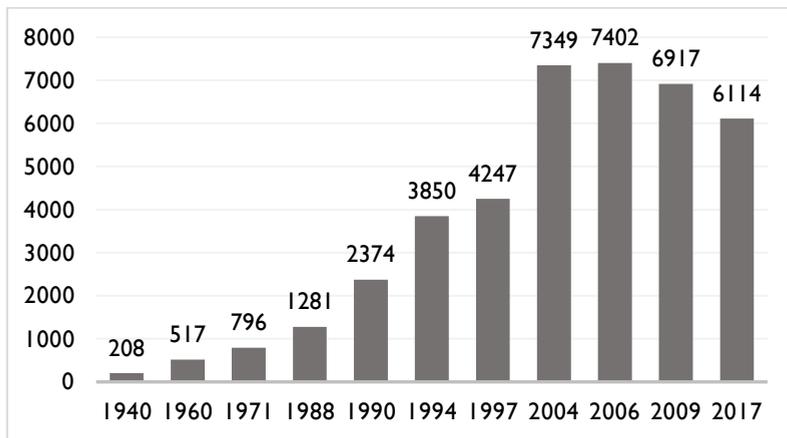


Gráfico 1: Evolução do número de jornalistas em Portugal (1940-2017)

Fonte: 1940, 1960, 1971: Sindicato Nacional de Jornalistas; 1988, 1990, 1994, 1997: Sindicato dos Jornalistas; 2004, 2006, 2009, 2017: CCPJ.

Distribuição etária e feminização da profissão

De acordo com a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, em janeiro de 2017 existiam 6114 jornalistas (e equiparados) em Portugal, com uma distribuição por sexo de 61% de homens e 39% de mulheres. Por comparação com os dados recolhidos no inquérito de 2016 (ver Tabela 2), o universo dos jornalistas com título profissional (CCPJ) apresenta maior concentração nas classes etárias superiores o que pode ser justificado por dois motivos

principais: por um lado, o número de profissionais mais velhos que já não estão no ativo mas continuam a ser portadores de carteira profissional (33,1% acima dos 50 anos); por outro lado, o número de jovens jornalistas no ativo mas que ainda não reuniram as condições formais para solicitar o título profissional. Há ainda que contar com a existência de um número, mesmo que reduzido, de profissionais que exercem sem possuir carteira (2,2%, segundo o inquérito de 2016).

		N	%
1990	≤ 29	556	23,4
	30-44	1109	46,7
	≥ 45	709	29,9
	Total	2374	100,0
1997	≤ 29	1078	25,4
	30-40	1725	40,6
	41-55	1089	25,6
	> 55	355	8,4
Total	4247	100,0	
2006	≤ 29	1244	16,8
	30-40	3267	44,1
	41-55	1986	26,8
	> 55	905	12,2
Total	7402	100,0	
2009	≤ 29	952	13,8
	30-40	2738	39,7
	41-55	2254	32,7
	> 55	954	13,8
Total	6898	100,0	
2017	≤ 30	478	7,8
	31-40	1479	24,2
	41-50	2138	34,9
	51-60	1247	20,4
	> 60	776	12,7
Total	6118	100,0	

Tabela 2: Idade dos jornalistas (1990 a 2017)

Fonte: 1990, 1997: Sindicato dos Jornalistas; 2006, 2009, 2017: CCPJ

Se analisarmos os dados do inquérito de 2016, observamos que, em termos etários, os jornalistas inquiridos têm, em média, aproximadamente 40 anos, situando-se na classe etária dos 35 aos 44 anos de idade. Por comparação com o primeiro estudo sociológico

sobre a atividade jornalística em Portugal, publicado em 1988 por Paquete de Oliveira, os jornalistas que participam são agora ligeiramente mais novos. Em 1987, ano a que se referem os dados, a idade média dos jornalistas portugueses (calculada a partir dos pontos médios das classes etárias) era ligeiramente inferior aos 41 anos, ou seja, cerca de um ano mais velhos do que em 2016.

Em 2016, destaca-se que 38% estão na faixa etária 35-44 anos, com os grupos adjacentes (25-34 e 45-54) a representar, cada um, mais de 20%. Curiosamente, não há grandes diferenças em relação aos dados de 1987, quando 85,4% tinham entre 26 e 55 anos, e 35,6% pertenciam à faixa etária 36-45 anos.

Em 2016 os mais jovens (menos de 24 anos) representam apenas 6,6%, o que pode ser eventualmente consequência da atual conjuntura dos média, que dificulta a entrada na profissão. Mas em 1987 apenas 4,2% dos jornalistas tinha idade igual ou inferior a 25 anos, pelo que haverá agora cerca de mais 50% de jovens jornalistas do que há quase 30 anos, segundo o inquérito de 2016. No extremo oposto, verifica-se existirem atualmente apenas 9,1% de jornalistas com 55 anos ou mais, o que denota um abandono precoce da profissão. Em 1987, eram 10,4% os jornalistas com mais de 56 anos.

Em 1990, 46,7% dos jornalistas portugueses tinha entre 30 e 44 anos, com 23,4% a terem até 29 anos. Nessa altura quase um terço dos jornalistas (29,9%) tinha mais de 45 anos, um valor similar ao de 2016 (30,1%).

Em 1997, segundo os dados recolhidos por José Luís Garcia no 2º Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, verificava-se um ligeiro aumento dos sub-29, com 25,4%, sendo que 40,6% tinham entre 30 e 40 anos, 25,6% entre 41 e 55, e só 8,4% mais de 55 anos. “O jornalismo parece pois ser uma profissão onde se entra cedo e da qual também se sai cedo, comparativamente com outras profissões”. (Garcia & Oliveira, 1994, p. 23).

Apesar de não ser possível, em termos metodológicos, realizar uma comparação direta entre os resultados do inquérito de 1997 (amostra) e os dados da CCPJ (universo) da primeira década do século, parece verificar-se um envelhecimento da profissão, com a percentagem de jornalistas com menos de 30 anos a ser muito menos expressiva do que nos anos 1990. Em 2006 estes representavam 16,8%, e em 2009 apenas 13,8%, segundo dados da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista trabalhados na investigação coordenada por José Rebelo.

Relativamente à distribuição por sexo, os jornalistas inquiridos em 2016 são maioritariamente homens (51,8% de homens, contra 48,2% de mulheres), apesar de os dados da CCPJ de janeiro de 2017 revelarem uma maior diferença entre sexos (61% de homens e 39% de mulheres). Mesmo com esta discrepância, se observarmos o Gráfico 2, é possível constatar que houve uma acentuada feminização da profissão nas últimas três décadas, visto que em 1987 80,2% dos jornalistas eram homens e, portanto, apenas 19,8% mulheres. Em 1990 as mulheres já representavam 25,4% dos profissionais, com os homens a representar menos de três quartos (74,6%).

Em 1994 a percentagem de mulheres atingia já os 29,2%, e em 1997 chegava quase a um terço (32,8%). Em 2004 as mulheres ultrapassam os 40%, verificando-se uma relativa estabilidade até 2009 (41,4% em 2004, 41% em 2006 e 40,7% em 2009).

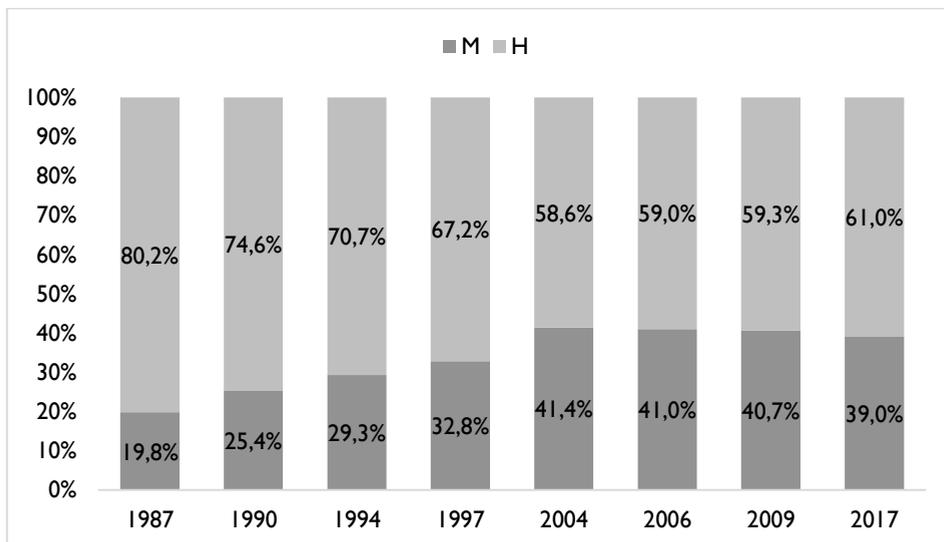


Gráfico 2: Evolução da feminização dos jornalistas em Portugal (1987-2017)

Fonte: 1987, 1990, 1994, 1997: Sindicato dos Jornalistas; 2004, 2006, 2009, 2017: CCPJ.

Mais de metade (52,1%) dos inquiridos em 2016 exercem a profissão há mais de 15 anos, com 44,7% a ser jornalista há 16 a 20 anos (20,3%) ou entre 21 e 30 anos (24,4%). Se acrescentarmos os 14,9% que exercem a profissão no intervalo 11-15 anos, observamos que 67% dos jornalistas têm mais de 10 anos de experiência. Estes dados indicam que a classe profissional é bastante experiente. Dos 33% com até 10 anos de profissão, a maioria (17,9%) exerce há menos de cinco anos, sugerindo que nos últimos cinco anos há mais entrada na carreira do que nos cinco anteriores.

Em 1987, eram 16,6% os jornalistas com menos de seis anos de experiência. Quase 60% tinha entre 6 e 15 anos de carreira (27,4% entre 6 e 10 anos, e 30,6% entre os 11 e 15). Apenas 25,4% tinham 16 ou mais anos de atividade (12,9% dos 16 aos 20 anos, 9,5% entre 21 e 30 e apenas 3% com mais de 30 anos de jornalismo). Em 1990, mais de um terço dos jornalistas exerciam a profissão há menos de seis anos (35,9%), e só 28,9% há mais de 15. Entre os 6 e os 10 anos de experiência havia 12,3%, e entre os 11 e os 15 anos 22,9%.

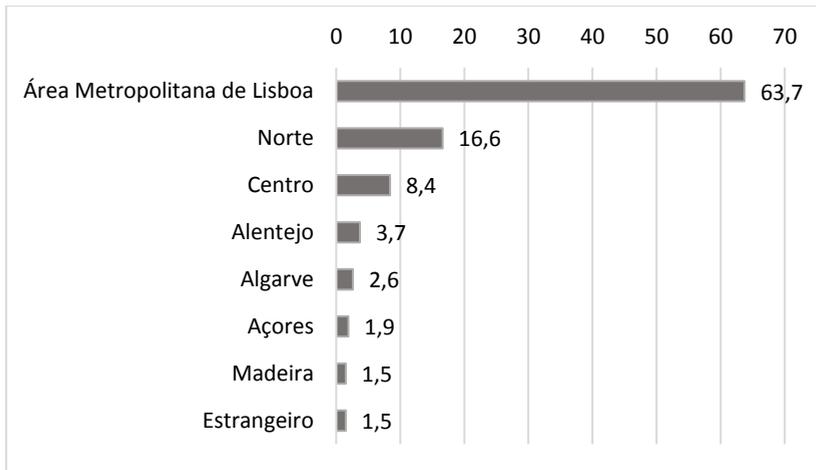


Gráfico 3: Região de trabalho dos jornalistas (NUTs II)
 Fonte: Inquérito aos Jornalistas CIES-IUL/SJ 2016 (n=1172).

Se observarmos a distribuição geográfica, constatamos que a Área Metropolitana de Lisboa emprega quase dois terços dos jornalistas portugueses, e quase metade dos restantes trabalha na região Norte, em 2016 (ver Gráfico 3). O facto de quase todos os grupos de comunicação social terem as suas sedes na Grande Lisboa e de esta ser a capital do país contribuem de forma determinante para esta concentração. Destaca-se que, segundo o inquérito de 2016, a região Norte tem um sexto (16,6%) dos jornalistas portugueses, e a região Centro 8,4%. Os restantes 11,2% distribuem-se pelas outras regiões do continente, regiões autónomas e estrangeiro.

Segundo o trabalho de Paquete de Oliveira, em 1987 a região de Lisboa concentrava cerca de 80% dos profissionais, o que denotava “um concentracionismo geográfico com epicentro em Lisboa” (Oliveira, 1998, p. 50), pelo que se verificou alguma descentralização nas últimas três décadas.

Em 1990, dos 2374 jornalistas registados, 1203 (50,7%) trabalhavam na Área Metropolitana de Lisboa mas, se assumirmos apenas os 1787 sobre os quais há informação geográfica, essa percentagem sobe para 67,3%. Na Área Metropolitana do Porto eram apenas 330 (13,9%, ou 18,4% excluindo os sem localização). Os restantes 35,4% estariam distribuídos pelo resto do país ou não tinham informação geográfica.

Em 1997 a Área Metropolitana de Lisboa registava o dobro dos jornalistas de 1990 (2451 contra 1203), correspondendo a 58,1% (ou 64% se assumirmos apenas os 3856 para os quais existe informação geográfica). Na Área Metropolitana do Porto exerciam 571 jornalistas (13,4%, ou 14,8% excluindo os sem localização). Havia ainda 834 profissionais (19,6%) a exercer no resto do país e 391 registos não possuíam informação geográfica.

Em 2006 a Área Metropolitana de Lisboa voltava a apresentar quase o dobro do número de jornalistas de 1997 (4474 contra 2451), correspondendo a 60,4%. Na Área Metropolitana do Porto exerciam 867 jornalistas (11,7%). Os restantes 2061 profissionais (27,8%) exerciam no resto do país.

Licenciados, estudaram comunicação e investem na formação contínua

Os jornalistas inquiridos em 2016 têm uma escolaridade quase cinco vezes superiores à média nacional, com 79,6% a ter licenciatura ou bacharelato, tendo em conta que a média da população portuguesa com o mesmo grau é de 17,1%, em 2015, segundo INE/Pordata. A escolaridade atual dos jornalistas é também cinco vezes o registado em 1987, quando apenas 39,8% tinham chegado à universidade e só 15,2% tinham completado uma licenciatura, de acordo com o primeiro estudo de Paquete de Oliveira.

Três anos depois, em 1990, eram já 27,9% os jornalistas com curso superior completo (a que se somam 45,2% com curso médio ou superior incompleto), segundo os resultados do primeiro Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses. Já em 1997 havia 43,6% de jornalistas com formação superior, fosse licenciatura (36,7%) ou bacharelato (6,9%). Em 2006 os jornalistas licenciados tinham subido para 62,8%, dos quais 2,1% tinha mestrado e 0,3% doutoramento, segundo os dados publicados em *Ser Jornalista em Portugal: Perfis Sociológicos*. Em 2009 os valores quase não se alteraram, com 63,1% a terem formação superior, de acordo com o mesmo estudo.

Apesar do alto nível de escolaridade atual, a maioria dos jornalistas (64,7%) só completou um bacharelato ou licenciatura. Isso significa que apenas 13,4% concluiu um mestrado, e só 1,5% um doutoramento. No polo oposto, há 20,4% que apenas frequentaram o ensino secundário. No entanto, em 1997 eram 51% aqueles que apenas tinham o 12º ano.

Em 2016, cerca de dois terços (66,7%) dos jornalistas com licenciatura frequentaram cursos de Ciências da Comunicação/ Comunicação Social ou Jornalismo. Os restantes têm estudos superiores muito diversificados. Em 1997, segundo o 2º Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, eram 45,1% os licenciados em Ciências da Comunicação, Comunicação Social ou Jornalismo, pelo que nas últimas duas décadas houve uma acentuada concentração temática da formação superior dos jornalistas.

Além da sua formação inicial, os jornalistas parecem procurar manter-se atualizados e em aprendizagem. Por um lado, 9,7% afirmam estar a estudar atualmente. Além disso, 55,3% afirmam ter realizado formação complementar nos últimos cinco anos, seja por iniciativa própria (40%) ou proposta pela instituição empregadora (15,3%). Desde 1997, os jornalistas passaram a apostar muito mais na formação complementar, pois há 20 anos apenas 0,4% estavam a frequentar cursos de formação na sua área de atividade.

A maioria dos jornalistas inquiridos em 2016 entrou na profissão entre os 21 e os 25 anos (63,7%). O segundo grupo mais numeroso é o dos mais jovens (até aos 20 anos, com

16,1%), seguido do grupo etário 26-30, com 13,6%. Apenas 6,6% iniciaram a sua carreira jornalística depois dos 30 anos.

Segundo o 1º Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, no início da década de 1990 a maioria dos jornalistas iniciou a atividade até aos 20 anos (51,8%), dos quais 12% antes dos 18. Entre os 21 e os 23 anos chegaram à profissão mais 29% dos jornalistas, e só 19,2% entraram na carreira com 24 anos ou mais.

Para onde vão os jornalistas portugueses?

Procurámos ao longo deste texto salientar, a partir do contributo de Paquete de Oliveira, e dos autores que posteriormente se dedicaram ao estudo dos jornalistas em Portugal, um retrato sociográfico destes profissionais, mapeando os principais estudos e conclusões realizados nas últimas três décadas. Como referia Paquete de Oliveira ao debruçar-se inicialmente sobre esta problemática: “os dados para a construção de uma sociologia dos profissionais das comunicações de massa são imprescindíveis para análise de um processo complexo, o sistema produtivo das notícias, da produção e reprodução da realidade social” (Oliveira, 1988, p. 52)

Como nos mostram esses estudos, as transformações ocorridas na profissão foram inúmeras, desde logo no perfil dos jornalistas ou da sua formação. Quantos são, onde estão ou que idade têm são dados sociográficos fundamentais para conhecer a classe. O inquérito que realizámos em 2016 serviu-nos como referência para comparar as transformações da profissão ao longo do tempo, deixando uma série de pistas para debate e reflexão sobre a profissão.

Pode assim compreender-se o crescimento exponencial em número de profissionais até há cerca de uma década, uma acentuada feminização da profissão (a caminho da paridade), e um aumento expressivo das qualificações académicas e da formação profissional.

No entanto, é igualmente claro que não basta conhecer os profissionais. Os desafios e constrangimentos que os profissionais do jornalismo enfrentam são grandes e diversos, desde a condição face ao trabalho à instabilidade laboral, passando pelos fracos rendimentos e pela própria reconversão dos média tradicionais, de forma geral em processos de redimensionamento que têm sempre, como primeira consequência, os despedimentos e redução dos profissionais.

Se em 2017 as condições de exercício da profissão são muito questionadas, é importante perceber como são similares as questões levantadas por Paquete de Oliveira em 1994: “as condições em que a profissão é exercida são interdependentes daquelas que marcam a situação económica, política e social das empresas de imprensa em particular e da imprensa em geral no contexto do país” (Oliveira, 1994, p. 82).

Perante o atrás exposto, continua plenamente atual uma das principais questões levantadas por Paquete de Oliveira há três décadas sobre o papel social do jornalista e a sua influência nas sociedades democráticas. Quando escreve que há “uma subvalorização do papel

da mediação profissional, ou seja, do papel decisivo que os profissionais da comunicação social têm na ‘produção da realidade’”, (Oliveira, 1988, p. 47) Pacote de Oliveira evoca a necessidade de conhecer melhor, e dar a conhecer, quem são os jornalistas e qual a sua função social.

Bibliografia

Cardoso, G.; Magno, C.; Soares, T. & Crespo, M. (Eds.) (2016). *Modelos de negócio e Comunicação Social*. Coimbra: Almedina.

Cardoso, G.; Santos, S. & Telo, D. (2016a). *Jornalismo em tempo de crise*. Lisboa: Mundos Sociais

Correia, A. (1994). Quem somos e para onde queremos ir?. In J. Garcia & J. Oliveira (Eds.) *Jornalista Português: o que é? Inquérito e perfil socioprofissional* (pp. 5-10). Lisboa: Sindicato dos Jornalistas.

Crespo, M.; Azevedo, J.; Sousa, J. & Cardoso, G. (2017). *Profissão Jornalista: Condições laborais, Formação e Constrangimentos*. Retirado de <http://jornalistas.eu/?n=9724>

Crespo, M.; Azevedo, J.; Sousa, J.; Cardoso, G. & Paisana, M. (2017a). *Jornalistas e Condições Laborais: Retrato de uma Profissão em Transformação*. Retirado de <https://obercom.pt/jornalistas-e-condicoes-laborais-retrato-de-uma-profissao-em-transformacao/>

Fidalgo, J. (2017). Disputa nas fronteiras do jornalismo. In J. N. Matos, C. Baptista & F. Subtil (Eds.), *A crise do Jornalismo em Portugal* (pp. 103-114). Lisboa: Deriva Editores.

Garcia, J. (Ed.) (2009). *Estudos sobre os jornalistas portugueses – Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Garcia, J. & Oliveira, J. (1994). *Jornalista Português: o que é? Inquérito e perfil socioprofissional*. Lisboa: Sindicato dos Jornalistas.

Gomes, A. (2012). *Nos bastidores dos telejornais*. Lisboa: Tinta da China.

Lopes, F. (2015). *Jornalista – profissão ameaçada*. Lisboa: Alêtheia

Matos, J.; Baptista, C. & Subtil, F. (2017). *A crise do Jornalismo em Portugal*. Lisboa: Deriva Editores.

Oliveira, J. (1988). Elementos para uma Sociologia dos jornalistas portugueses. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 8, 47-53.

Rebelo, J. (Ed.) (2011). *Ser Jornalista em Portugal: Perfis Sociológicos*. Lisboa: Gradiva.

Rebelo, J. (Ed.) (2014). *As novas gerações de jornalistas em Portugal*. Lisboa: Mundos Sociais.

Silva, P. (2000). *Jornalistas portugueses: elementos sociográficos*. JJ – *Jornalismo e Jornalistas*, 4, 20-29.

Data de Receção: 27/04/2017

Data de Aprovação: 14/06/2017

Biografia dos Autores:

Miguel Crespo é jornalista e especialista em comunicação digital. É investigador assistente no CIES-IUL e no Obercom, coordenador operacional da Pós-Graduação em Jornalismo ISCTE-IUL/Media Capital, assessor da direção e vogal do conselho técnico-pedagógico no Cenjor.

Joana Azevedo é Professora Auxiliar Convidada no Departamento de Sociologia da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa). É investigadora integrada no CIES-IUL (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e no OberCom.

Gustavo Cardoso é Professor Catedrático de Ciências da Comunicação no ISCTE-IUL, investigador associado no CADIS (Centre d'Analyse et d'Interventions Sociologiques) e no College d'Études Mondiales na FMSH em Paris. Membro do CIES-IUL e Diretor do OberCom - Observatório da Comunicação em Lisboa, foi também Professor visitante no IN3, em Barcelona. Dirige, atualmente, o Doutoramento de Ciências da Comunicação e a Pós-graduação em Jornalismo do ISCTE-IUL.